

Apresentação

Esta coletânea agrega artigos resultantes das comunicações apresentadas no simpósio «Ciências Sociais Cruzadas», organizado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e realizado em Junho de 2013 no ICS e na Universidade de Évora, no âmbito das comemorações do ano Brasil-Portugal. Neste simpósio quisemos destacar a interlocução das ciências sociais em Portugal com as ciências sociais brasileiras, pondo em diálogo trabalhos dos investigadores do Instituto de Ciências Sociais que incluíssem reflexões sobre a realidade social brasileira bem como sobre o trabalho teórico de autores brasileiros com investigadores filiados em instituições brasileiras que foram visitantes no ICS nos últimos vinte anos. Nesta última categoria destacámos os Bolseiros Luso-Afro-Brasileiros – investigadores que obtiveram a bolsa concedida bienalmente pelo ICS para promover o intercâmbio entre o ICS e outras instituições académicas no Brasil e nos países africanos de língua portuguesa. O simpósio espelhou a vastidão de redes que o ICS criou com as ciências sociais brasileiras ao longo dos últimos vinte anos e as suas expansões múltiplas, entre as quais destacámos também a estadia no ICS de alunos de doutoramento como investigadores visitantes juniores. O simpósio integrou dois tipos de sessões. As sessões plenárias responderam a um formato mais fechado de reflexão cruzada sobre cientistas sociais brasileiros e portugueses, estando as suas comunicações em fase de publicação seriada na revista *Análise Social*. As sessões paralelas, cujas comunicações agregamos nesta publicação, integraram colegas do ICS e investigadores visitantes no ICS provenientes de universidades brasileiras, aos quais lançámos o mesmo desafio de falarem sobre as suas pesquisas em curso.

O trabalho de coordenação editorial desenvolvido por nós resultou no volume que aqui apresentamos, organizado em tópicos que cobrem as diferentes áreas de pesquisa existentes no ICS – da ciência política à história, da antropologia à sociologia, da geografia à psicologia social –, marcando a reflexão contemporânea nas ciências sociais e seus cruzamentos entre o Brasil e Portugal. A absoluta liberdade dos temas resultou numa diversidade de tópicos que agregamos em secções, abrangendo

temas como a governança territorial, políticas externas, cidades, espaço e memória, trajetos transatlânticos da religião e da cultura, desigualdades e exclusão, história do Estado e a influência entre cultura, religião, referências intelectuais e projetos educacionais principalmente entre Portugal e o Brasil.

A Parte I que intitulámos «Território e Governança» é exemplar no entrelaçamento de investigação em Portugal e no Brasil sobre o tema premente da equidade na organização do território. Os campos de uma sociologia das políticas públicas de sustentabilidade e da descentralização são temas abarcados em diversos ângulos disciplinares nestes três primeiros capítulos.

O capítulo 1, da autoria de João Guerra, José G. Ferreira, Vanessa Empinotti, Luisa Schmidt e Pedro Jacobi, cientistas sociais de universidades portuguesas e brasileiras, oferece um importantíssimo contributo para a avaliação da aplicação de formas de governança assentes em princípios de desenvolvimento sustentável e integrando «processos de implementação participados» na governança da água e dos recursos hídricos. Tendo por ponto de partida casos brasileiros e portugueses, e as suas histórias políticas, os autores avaliam fatores como a confiança institucional, a transparência ou «boa governança», focando-se principalmente nos processos de descentralização das tomadas de decisão, da articulação entre uma forte componente cívica, e a qualidade na gestão dos recursos hídricos. No capítulo 2, Valdir Dallabrida trata de características da prática e desafios da governança territorial brasileira, desenvolvendo uma reflexão e apresentando dados sobre os processos de descentralização político-administrativos a nível estadual, concentrando-se na análise empírica relativa aos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O tema da democracia participativa está aqui em foco, levando o autor a concluir que se produziu a descentralização de serviços públicos nos dois estados em análise, mas que tal não implicou o desejado aumento do real poder de decisão de órgãos mais próximos ao cidadão. No capítulo 3, Bruno Reis envereda por trajetos e escalas diferentes, dirigidas à intervenção do Brasil nas normas globais de intervenção militar por razões humanitárias, nomeadamente a «Responsabilidade de Proteger/*Responsability to Protect* (R2P)», e a resposta brasileira de uma responsabilidade «*ao*» proteger (RwP) emergente num discurso de Dilma Rousseff na ONU em 2011. O autor concentra-se numa reflexão sobre o significado da RwP para o campo das relações internacionais em geral, e da segurança internacional em particular, num contexto de mudança da ordem mundial. A sua preocupação de análise dirige-se à forma como a proposta de RwP foi publi-

camente apresentada, interpretando-a como «indicador quer do posicionamento internacional do Brasil em geral, [...] quer ainda de mudança na ordem internacional no sentido da multipolaridade e do descentramento.»

Na Parte II «Cidades, espaço e memória», temos quatro textos de temáticas diversas, mas que se entrelaçam em vários aspetos. Em primeiro lugar, cria-se um conjunto de olhares cruzados: enquanto os investigadores brasileiros se detêm sobre Portugal como objeto de estudo, o Brasil é o tema privilegiado pela investigadora portuguesa. Para sedimentar esse espírito dialógico, temos também um texto cuja análise atravessa estes dois contextos. Desta maneira, a secção proporciona confrontações produtivas de olhares e perspetivas sobre o tema dos espaços sociais e nacionais, e das representações sociais e políticas que os encerram. Em segundo lugar, os textos articulam de forma diferenciada os elementos que dão nome a esta Parte, tecendo assim um quadro muito diversificado dos contextos espaciais estudados.

Dois capítulos versam sobre os espaços urbanos e sua capacidade de representação e memória. No capítulo 5, Glória Diógenes faz um percurso etnográfico sobre as artes de rua em Lisboa. A partir do registo e da análise dos *grafitti* que tomam as paredes da cidade, e acompanhando as referências a essa produção no ciberespaço, Diógenes analisa a grafia nas paredes enquanto possibilidade discursiva crítica, uma forma de manifestação em contexto de crise e instabilidade colocada com uma intensidade que particulariza Lisboa. Já no capítulo 6, Irllys Barreira transita por três lugares urbanos, um em Lisboa e os demais em Fortaleza, analisando as representações culturais e históricas disputadas nestes contextos, submetidos a intensos processos de requalificação e de práticas de turismo. Para Barreira, esses processos trazem tensões entre os sentidos de memória e as representações e idealizações sobre os lugares e seus usos.

Os capítulos de início e fim da Parte II apresentam-nos biografias e histórias de família que delineiam tanto representações sociais e políticas como territorialidades. No capítulo 4, César Barreira analisa a construção da memória em torno de um «bandido-herói» português do século XIX na região do Porto. As peripécias e os encontros desta figura por várias localidades rurais daquela zona são considerados à luz do capital simbólico que ele sintetiza. As diversas representações construídas sobre o personagem revelam o enaltecimento de sua capacidade em desafiar uma situação política, económica e social crítica mas também a negação de seu papel de justiceiro colocando em relevo seus atos criminosos. Por fim, no capítulo 7, Ana Luísa Micaelo dedica-se à análise de biografias e

histórias de famílias de «assentados» da reforma agrária na Zona da Mata de Pernambuco. A autora buscou compreender como a teia de parentesco e as relações de conjugalidade criam formas de territorialidade e marcam a condição de mobilidade que as caracterizam. As biografias e as histórias de família são, deste modo, constituintes da própria história do território pernambucano e de sua configuração económica.

A Parte III, «Trajetos Transatlânticos» integra quatro artigos que tratam de forma muito dirigida de intelectuais, expressões artísticas ou princípios do sistema de educação que sofreram influências entre o Brasil e Portugal ou entre o mundo «lusó» e outras regiões de língua portuguesa. No capítulo 8, Margareth Gonçalves apresenta-nos a crónica de um religioso de finais do século XVII, Frei Agostinho de Santa Maria, sobre a fundação do Convento de Santa Mónica, em Goa. Na perscrutação deste texto, a autora interessa-se não só por analisar as imagens de sacralidade e devoção feminina oferecidas pelo autor, como por refletir sobre as conceções de fonte e verdade no processo de construção de uma narrativa do passado levado a acabo pela historiografia eclesiástica dos séculos XVII e XVIII. No capítulo 9, Pedro Abib trata do trânsito do samba do Brasil para Paris, trazido por compositores, cantoras e cantores brasileiros que queriam difundir as suas composições musicais. O artigo articula essa história emergente no início do século XX com o atual movimento existente em França formado por músicos franceses que desejam aprender a cantar e a tocar o samba, dessa forma estabelecendo relações e trocas culturais entre brasileiros e franceses pelo viés do samba. As conexões entre intelectuais religiosos em Portugal e no Brasil na primeira metade do século XX é também o contexto de partida do texto de Leandro Pereira Gonçalves (capítulo 10). O autor interessa-se pelos pontos de inspiração e influência do modelo corporativo e da democracia cristã portuguesa no integralismo brasileiro, através da figura central de Plínio Salgado, intelectual brasileiro que viveu quase uma década em Portugal. No capítulo 11, Maria Manuel Vieira e Carlos Martins apresentam uma importante reflexão comparativa de traços estruturais e de tendências de mudança ocorridas nos sistemas de ensino superior português e brasileiro na atualidade. Tendo por base o projeto «Transformações do ensino superior Portugal-Brasil (1985-2009)» os autores refletem sobre a cooperação institucional e científica específica entre a Universidade de Lisboa (UL) e a Universidade de Brasília (UnB), através da criação de um observatório de monitorização estudantil na UnB beneficiando da experiência do Observatório do Percursos dos Estudantes (OPEST) existente na UL. Desta forma, analisam a influência mútua e propositada entre Portugal e o Bra-

sil na consolidação de uma rede académica luso-brasileira dedicada aos estudos comparativos sobre o ensino superior.

O tema «Desigualdade e Exclusão», que dá título à Parte IV deste livro, inclui quatro capítulos que, não obstante abordarem tópicos diversos, identificam, quando lidos no seu conjunto, duas grandes problemáticas, ambas fundamentais para, à luz da atualidade, pensar quer as questões das identidades como as da redistribuição material de recursos entre segmentos diversos da população.

Nos dois primeiros capítulos desta secção é o complexo jogo de alteridades entre estereótipos da mulher brasileira e discriminação de género que ganha destaque. No capítulo 12, Rafael de Almeida Dias apresenta uma análise da imigração brasileira com destino a Portugal, demonstrando a permanência de estereótipos que associam a mulher brasileira à figura da prostituta. A sua argumentação apoia-se num estudo de caso bem conhecido do público português, como é o do manifesto das «Mães de Bragança». Após análise da repercussão do apelo das mães de Bragança na imprensa escrita, o autor conclui que permanece ainda forte uma «cultura do corpo colonial que afeta transversalmente toda a imigrante feminina brasileira». O capítulo 13 intitula-se, pelo contrário e quase arquetizado em espelho face ao antecedente, «As boas mães brasileiras em Portugal». A autora, Gleiciani Fernandes, centra-se igualmente nos problemas de exclusão decorrentes da contínua hipersexualização da mulher brasileira, recorrendo ao trabalho etnográfico para compreender os processos de negociação identitária associados ao projeto e experiência de migração. Na sua pesquisa, que bem demonstra a luta simbólica pela dignificação ao longo do tradicional eixo que separa a indecência da virtude, ganham voz as mães brasileiras. A maternidade, e mais do que isso o ideal de «boa mãe» (responsável e cuidadora), serve então de capital de negociação de um lugar respeitável na sociedade portuguesa bem como de distinção face ao que não é aceitável ou decente, seja esse o comportamento de outras brasileiras ou portuguesas. Todas aquelas, enfim, que não sigam o modelo da «boa mãe».

Os dois restantes capítulos não se desprendem de questões identitárias – designadamente o ser-se criança e jovem – mas, centrando-se no contexto brasileiro, cruzam-nas com problemas marcantes de exclusão social e económica. No capítulo 14, Maurício Roberto da Silva explora o trabalho infanto-juvenil, apresentando uma consistente crítica dos simplismos e complexidades existentes nas estatísticas oficiais. Em face da dificuldade de medição do fenómeno, o autor estabelece a relação entre diferentes instituições e instâncias de «medição» e o mito da erradicação

do trabalho infantil. As variações encontradas nas diferentes estatísticas estariam, mais do que inocentemente certas ou erradas ou plenas de neutralidade, associadas a interesses diversos. Criticando de forma contundente o fetiche do método, o autor advoga a centralidade da pessoa, neste caso, a criança e o jovem enquanto sujeitos políticos e vítimas de desigualdade socioeconômica por via do que entende como «neoliberalismo social». O capítulo 15, centrado agora em jovens em contexto prisional, recupera a subjectividade e a voz dos sujeitos ao explorar a construção das identidades juvenis na privação da liberdade. Explorando os «territórios íntimos das identidades juvenis», o texto de Nilda Stecanela analisa as narrativas autobiográficas de jovens presos na cidade de Caxias do Sul através da escrita produzida pelos próprios sujeitos da pesquisa. Apesar de «fabricada», a escrita permitiu interpretar a voz como texto em que identidades excluídas se revelaram e fixaram. Através desta inovadora abordagem da desigualdade e da exclusão como dimensão de marginalidade internalizada, a autora concluiu que o (auto)estigma de se ser prisioneiro e socializado como tal numa instituição – a prisão – configura mais as identidades dos indivíduos do que outras formas de pertença, tais como as subjacentes à categoria «jovem» ou «cidade».

A Parte V, «Sociedade e Religiosidade» agrega um conjunto de três artigos da história e três da antropologia. As abordagens atravessam aspetos diferenciados da análise da religião nas ciências sociais e dirigem-se tanto ao Brasil, como a Portugal, às relações entre os dois países e ainda ao trânsito de religiões no sentido dos seus cultos e práticas entre Brasil, Portugal e Angola.

Isabel Corrêa da Silva no capítulo 16 e Carlos Silva de Moura no capítulo 17 apresentam-nos perspectivas de um mesmo fenómeno em tempos diferentes. Os dois autores têm em comum um ponto de observação centrado na questão religiosa contemporânea numa dimensão republicana e luso-brasileira. Isabel Corrêa da Silva debruça-se sobre o debate acerca das modalidades de separação entre a Igreja e o Estado levado a cabo na Assembleia Nacional Constituinte portuguesa de 1911 e sobre como o exemplo brasileiro foi tido em conta, instrumentalizado ou repudiado nesta discussão. Carlos Silva de Moura parte deste mesmo enquadramento legal, social e cultural alcançado pelos republicanos em 1911, para se ocupar da análise comparativa da atuação dos membros da Igreja Católica portugueses e brasileiros nas décadas de 10 e de 20 do século XX, com particular ênfase para o processo de desenvolvimento do culto mariano de Nossa Senhora de Fátima.

Fernanda Olival, no capítulo 18, lida com os estatutos de limpeza de sangue nos séculos XVI a XVIII, dando-nos uma perspectiva diacrónica sobre as múltiplas dimensões de exclusão da sociedade de Antigo Regime. Concentrando-se nos critérios de diferenciação por meio da identidade religiosa, mas também da raça e da etnicidade, a historiadora propõe uma interessante reflexão sobre o seu papel na constituição da desigualdade como elemento estruturante da própria ordem social. Cláudia Swatowski, no capítulo 19, ainda que sob a perspectiva antropológica e num contexto radicalmente diferente – sobre a inserção da IURD em Angola no período contemporâneo –, reflete também sobre a relação entre a identidade religiosa e o estatuto social. Centrando-se numa etnografia do bairro do Marçal em Luanda, a autora identifica a relação de angolanos da classe média emergente com a IURD e seus projetos de prosperidade idealizados a partir de uma elite local. Na parte final a autora reflete também sobre aspetos «cosmológicos» de encaixe entre a IURD e outras religiões que convivem no espaço da cidade de Luanda, assim tocando a perspectiva central aos capítulos seguintes.

Joana Bahia no capítulo 20 desenvolve uma abordagem antropológica sobre o modo como o trânsito do candomblé do Brasil para Portugal o transforma, centrando-se na forma como é vivido pelos seus praticantes na zona de Lisboa. O seu artigo mostra diversas interpretações resultantes da inserção do candomblé em Portugal. Por um lado, como chegam a considerá-lo «não mais afro-brasileiro, mas africano» e repleto de um imaginário pós-colonial. Por outro lado, a autora identifica o trânsito atlântico e a fixação do candomblé como parte de um processo de expansão multiétnica em Portugal que acompanha a expansão da democracia. Ismael Pordeus no capítulo 21 oferece uma perspectiva de alguma densidade teórica sobre este aspeto do trânsito atlântico, argumentando que «as religiões são, por excelência, adeptas do transnacional» propondo, nessa sequência um «modelo ideal» do «peregrino carismático» que identifica «novas comunidades na modernidade religiosa». Neste artigo o antropólogo, académico brasileiro, debate uma etnografia sobre a Jurema, «a mais recente religião brasileira a cruzar o Atlântico», neste caso para se fixar em Azeitão, explorando essas facetas do «peregrino carismático» resultante do seu longo trabalho sobre a forma como se processa este trânsito religioso e se integra na realidade social e religiosa portuguesa.

O livro que aqui apresentamos oferece, em suma, um exemplo concreto da riqueza dos cruzamentos múltiplos entre o trabalho que se faz em ou a partir de Portugal e a investigação de cientistas sociais brasileiros que o ICS tem tido a oportunidade de acolher. Esses cruzamentos ex-

Ciências Sociais Cruzadas entre Portugal e o Brasil

põem a consolidação de referências e de campos de pesquisa de ciências sociais em língua portuguesa. Desta forma esperamos que o volume seja um marco na celebração não só do ano Brasil-Portugal como de relações de longo termo das ciências sociais entre os dois países a partir da interlocução propiciada pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Isabel Corrêa da Silva
Simone Frangella
Sofia Aboim
Susana de Matos Viegas